

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação



1290004661



FE

TCC/UNICAMP B551e

**Escola e Memória: Análise documental do Grupo Escolar
Orosimbo Maia (1939-1971)**

Carla Carolina Tortorelli Bizarro

Campinas

2009

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

**Escola e Memória: Análise documental do Grupo Escolar
Orosimbo Maia (1939-1971)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência para a
obtenção de título de licenciada em
Pedagogia, sob orientação da Profª Drª
Maria do Carmo Martins.

Campinas
2009

2

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

UNIDADE:	FE
Nº CHAMADA	ICC/Unicamp
	B551e
V:	EX:
Tomo:	4661
PROC:	134110
C:	D: X
PREÇO:	11,00
DATA:	09/04/10
COD TÍTULO:	434650

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecária: Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

B551e

Bizarro, Carla Carolina Tortorelli.

Escola e memória: análise documental do Grupo Escolar Orosimbo Maia (1939-1971) / Carla Carolina Tortorelli Bizarro. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.

Orientador : Maria do Carmo Martins.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação. 2. Memória. 3. Grupo escolar. 4. Cultura escolar. 5. Centros de memória. I. Martins, Maria do Carmo. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

09-021-BFE

Agradecimentos:

Agradeço a minha família e em especial a minha irmã Ana Paula, que sempre acreditou que eu conseguiria conquistar e concluir esta etapa tão importante em minha vida.

A Prof^ª.Dr^ª. Maria do Carmo Martins, minha orientadora que me mostrou o quanto é fascinante o trabalho com a memória.

A Priscila, Rayane e a Bianca que estiveram ao meu lado desde o início deste trabalho.

A duas pessoas que estiveram ao meu lado em todos os momentos desta minha trajetória, minhas amigas Patrícia e Daniele.

Ao Danilo, que pegou o finalzinho, mas me motivou bastante.

Aos meus amigos da moradia, que de alguma forma sempre estavam me apoiando.

Ao CNPq e ao SAE que possibilitaram o desenvolvimento deste projeto.

Aos Funcionários do Colégio Estadual Orosimbo Maia, sem a colaboração deles não teria sido possível o desenvolvimento deste projeto.

Ao professor Wenceslão que aceitou ser o leitor deste trabalho.

A todos os funcionários e professores da Faculdade de Educação que também foram responsáveis por esse ciclo concluído.

E ao meu pai, que estaria muito orgulhoso se estivesse aqui.

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo contribuir com a criação da história e preservação da memória da Escola Estadual Orosimbo Maia, antigo Grupo Escolar Orosimbo Maia (1939-1971). O trabalho de pesquisa foi realizado inicialmente em dois projetos de Iniciação Científica denominados, respectivamente, “Seu nome vibrante é uma glória: memória e história do Grupo Escolar Orosimbo Maia” desenvolvido em 2007/2008 e “Memória e História do Grupo Escolar Orosimbo Maia de Campinas/1939-71”, em 2008/2009. Neles foram realizadas as tarefas de configuração do arquivo histórico dessa escola, procedendo à localização, a separação e a organização dos documentos arquivísticos. O recorte histórico contextualiza a escola no período republicano, abarcando desde a ditadura do Estado Novo (1937 - 1945) até a reforma educacional do período ditatorial militar, representada pela LDBN 56292/71, pela qual foram extintos os grupos escolares.

Índice:

1. Introdução	06
2. Contexto Histórico: a República	08
3. Escola, história e memória: uma análise documental	13
3.1. Documentos	13
3.1.1. Documentos Analisados	21
3.2. Catalogação Documental	25
4. Algumas histórias no Grupo Escolar – marcas de gêneros, autoridades e conflitos	27
5. Concluindo	41
6. Anexos	42
7. Referências	61

1. Introdução

O Grupo Escolar Orosimbo Maia configura-se como um dos mais expressivos espaços educacionais de Campinas. Sua história remonta ao início da década de 1910, quando, em Campinas foi criado o 4º. Grupo Escolar da cidade (CAETANO, 2008).

O interesse por estudar a história dessa escola surgiu em um trabalho coletivo, iniciado em 2004, no Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP, que tinha por objetivos organizar arquivos escolares na região metropolitana da cidade¹. Foram realizados os contatos com a escola, que já havia sido estudada parcialmente por SOUZA (1999), indicando sua potencialidade documental.

A escola localiza-se na região central da cidade, funcionando no mesmo local e com a mesma edificação histórica desde 1923. Seu edifício esta em área de conservação patrimonial da cidade, próximo ao complexo da Estação Ferroviária e Fundação Lidgerwood, ambos tombados pelo Conselho de Desenvolvimento do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Campinas - CONDEPHACC.

A primeira fase da história da escola foi tema do trabalho de conclusão de curso intitulado "Memórias da Escola: uma análise dos documentos históricos do 4º Grupo Escolar de Campinas (1923-1939)", desenvolvido pela pesquisadora Bianca Juriollo Caetano em 2008. Foi neste primeiro trabalho que se deu início ao tratamento técnico a higienização de parte da documentação, utilizados como referencia para o período estudado por Caetano.

¹ O projeto denominou-se "Memórias da escola campineira: cultura material e organização de arquivos escolares", financiado pelo CNPq e coordenado por Profa. Dra. Maria do Carmo Martins.

A pesquisa iniciou-se com a localização e separação dos documentos encontrados no porão da escola, referentes a todo o período de funcionamento dela e, por meio deles – dos documentos – pudemos identificar que essa história pode ser dividida em 3 fases, possibilitando a criação de um organograma, o que tornou possível reconhecer as fases em que a escola mudou de denominação e esteve sujeita a alterações em suas atividades básicas. São elas: a fase do 4º Grupo Escolar de Campinas (1923-1939), Grupo Escolar Orosimbo Maia (1939-1971) e Escola Estadual Orosimbo Maia (1971 até os dias atuais).

O recorte histórico privilegiado nesse trabalho contextualiza a escola no período republicano, abarcando desde a ditadura do Estado Novo (1937 - 1945) até a reforma educacional do período ditatorial militar, representada pela LDB56292/71, pela qual foram extintos os grupos escolares, referindo-se, portanto, à segunda fase da história dessa instituição.

Meu trabalho baseou-se principalmente em conhecer a procedência e a função de cada item documental, possibilitando uma nova organização do arquivo que já estava sendo construído, uma vez que foram registrados novos itens em séries e sub-séries. Durante este processo, foi realizada a codificação dos itens documentais e seu armazenamento em pastas poliondas, contribuindo para a inserção desses dados na base de arquivos “on line” possibilitando a consulta para outros pesquisadores.

Uma grande dificuldade encontrada foi o agrupamento, a separação por datas, as quais foram divididas em quatro grupos, são eles: Administração Escolar (CMEFE EEOM ADM); Práticas Escolares (CMEFE EEOM PE); Iconografia (CMEFE EEOM ICON) e Recursos Pedagógicos e Recreativos (CMEFE EEOM RPR).

2. Contexto Histórico: A República

O período a que compreende este trabalho vai desde período da ditadura do Estado Novo (1939-1945) até a Ditadura Militar (1964-1985) e leva em consideração as mudanças organizacionais ocorridas na escola, as quais foram marcadas por momentos significativos de reformas no sistema de ensino, desde a influência do Manifesto dos Pioneiros da Nova Escola até a criação da consagrada Lei 5.692 de 1971, que “fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências”. A fim de esclarecer parte desse contexto, procedendo a uma breve reflexão.

Final do século XIX, é instaurado no Brasil uma nova forma de governar: a República, o que permitiu que a educação fosse mais valorizada e se tornasse objeto de inúmeras intervenções e reformas do Estado, nas quais o estado de São Paulo foi, em alguns momentos, pioneiro. Alguns fatores estruturais importantes para o estudo deste trabalho foram: a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, o Manifesto dos Pioneiros de 1932, as Leis Orgânicas de 1942 a 1946, a constituição de 1946, as Leis de Diretrizes e Bases de 1961 e 1971.

Em novembro de 1930, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública para garantir os direitos da educação e mantiveram-se unidos até 1953, quando foram separados em dois: o MEC (Ministério da Educação e Cultura), para cuidar dos interesses da educação e da cultura e o Ministério da Saúde, para cuidar dos interesses da área de saúde.

Em 1932, ainda sob influência dessa nova ordem política e administrativa, encabeçada por Fernando de Azevedo, criou-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Nesse período, a igreja cristã (especialmente a católica), fazia frente ao poder do Estado para definir os caminhos da educação, embora em muitos momentos e situações, como mostra PAIVA (1990), a Igreja e o Estado tinham sido mais parceiros do que concorrentes nesse assunto. Tal manifesto, enfatizava uma educação unificada que defendia a escola pública, gratuita, laica e obrigatória, além de

se começar a pensar em uma educação igualitária que contemplasse ambos os sexos. Segundo Fernando de Azevedo² (1953):

“do ponto de vista cultural e pedagógico, a República foi uma revolução que abortou e que, contentando-se com a mudança do regime, não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas necessária às novas instituições democráticas.”

Um fator que teve grande colaboração para que ocorressem essas mudanças na lei da educação brasileira, foi o surgimento de novas camadas na sociedade, a burguesia e o proletariado, que fez com que o Estado visse a necessidade de controlar a educação, pois a burguesia reivindicava direito ao acesso ao ensino secundário e o proletariado o acesso ao ensino primário.

Em 1934, foi criada uma nova constituição, com 187 artigos, dentre os quais, alguns que beneficiavam a educação: deu-se incentivo ao desenvolvimento do ensino médio e superior e tornou obrigatório o ensino primário e as aulas de religião.

No ano de 1937, junto ao golpe de estado realizado por Vargas, intitulado Estado Novo, foi criada uma nova constituição que também se referia à educação, conservando a obrigatoriedade do ensino primário e também tornando obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas primárias, secundárias e normais. Esta nova constituição, porém, enfraqueceu os ideais renovadores conquistados em 1934.

No período de 1942 a 1946, foram criadas algumas Leis Orgânicas que abrangeram educação primária até o ensino médio, enfatizando aspectos de responsabilidade do Governo Federal. Porém, o descaso com a educação primária, uma herança colonial, fazia com que este setor não recebesse quase atenção nenhuma do Governo Central e, só não encontrava-se em total abandono, pois era uma responsabilidade dos governos estaduais, o

² Fernando de Azevedo – A Cultura brasileira, 1953.

que refletia um desenvolvimento regional diferenciado deste setor da educação, já que cada uma das regiões tiveram um desenvolvimento diferenciado. Só um tempo após a queda do Estado Novo (1945), é que foi decretada uma lei que se referia à educação primária, o decreto 8.529 de janeiro de 1946. Como afirma ROMANELLI³ (1973):

“Agora, pois, enfim, o Governo Central cuidava de traçar diretrizes para o ensino primário, para todo o país. Como as leis anteriores, esse decreto-lei também foi chamado de Leis Orgânicas do ensino primário. [...] aparecia num momento de crise na política, gerada pela substituição do regime que implantara o Estado Novo por um regime de volta a normalidade democrática.” (...)

Foi durante o período de criação das Leis orgânicas, mais precisamente no ano de 1946, que começaram a exigir o diploma de normalistas para atuar no magistério. Nesse mesmo ano foi outorgada a constituição de 1946, com um caráter liberal e democrático, que colocava como dever da União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, onde este destinava parte da arrecadação dos impostos para a educação e a centralização da doutrina nacional e sua legislação básica, ficara com o MEC.

Em 1948, começou a elaboração de um anteprojeto, que 13 anos mais tarde resultaria na Lei 4.024/61. O conteúdo deste anteprojeto colocava como ponto central a liberdade de ensino, ou seja, a liberdade de qualquer pessoa de ensinar. Durante a elaboração deste projeto tornou-se possível a percepção de uma mudança na constituição, bem contraditória ao que se propunha o anteprojeto, para exercer a função de professor seria necessário fazer um concurso de prova de título.

Finalmente, em 1961, houve a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases, nº4.024/61. Essa nova lei foi inspirada no princípio da liberdade e nos ideais de solidariedade e assegurava a todos o direito de transmitir seu

³ Otaiza de Oliveira Romanelli – História da Educação no Brasil, 1973.

conhecimento, cabendo ao poder público o dever de inspecionar os estabelecimentos particulares de ensino.

Ela permitiu uma maior autonomia aos Estados e Municípios no que refere-se à organização do sistema de ensino e currículos escolares, ou seja, não enfatiza a total obediência a um currículo fixo, permitindo que os currículos fossem compostos de acordo com os recursos que já dispunham em sua região. Porém havia algumas grandes falhas, como a criação do artigo 30 que tornava o ensino primário não mais obrigatório, tirando, desta forma, a obrigação do poder público de garantir o direito de todos a educação.

Dez anos depois, outra lei, expressando uma reforma na educação, permitiu mudanças significativas na escolarização. A lei nº 5.692 de agosto de 1971. Essa tinha seu enfoque principal nos ensino primário e secundário, sendo que, nesse período, ocorreu além da mudança na nomenclatura para as etapas do sistema escolar- os grupos escolares passam a ser chamados de 1º grau, pois deixavam de ter duração de 4 anos passando à durar 8 anos – mas, especialmente, devemos destacar que, devido a junção do curso ginásial com o ensino primário, a própria identidade da escola fundamental, com 8 anos, foi alterada.

Os alunos, deveriam ser atendidos, na extensão da faixa etária de 7 a 14 anos e a reforma consolidava uma política de modificações da escolarização por meio de alterações de suas funções sociais e por meio de suas organizações curriculares. Em relação aos currículos, essa lei previa em seu artigo quarto a existência de:

(...) “um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, as peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e as diferenças individuais dos alunos”.

Assim, além de enfatizar a necessidade da escola seguir a prescrição legislativa quanto ao núcleo-comum, o processo da reforma enfatiza a necessidade de cada escola cumprir, interinamente, com poderosos atributos para a organização do processo escolar. E essas marcas das atribuições para as escolas ficam bastante patentes, quando, ao adentrarmos os portões da E.E. Orosimbo Maia, antigo Grupo Escolar e pudemos perceber alterações nos registros administrativos, na ordenação dos arquivos de gestão da escola e mesmo, quando verificamos, no período aqui compreendido, as relações burocráticas da escola e seus professores.

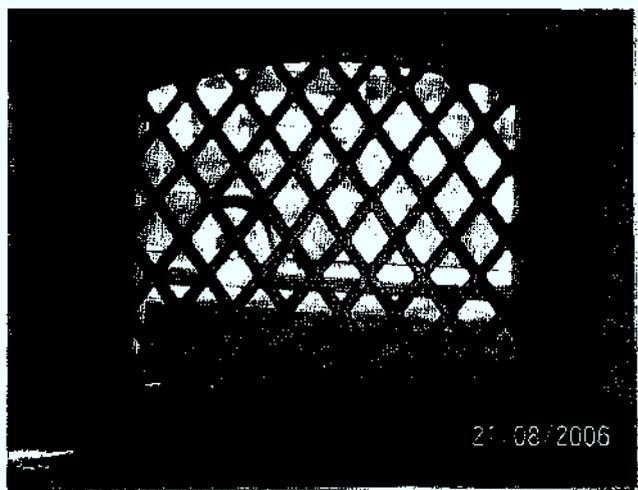
3. Escola, história e memória: uma análise documental.

3.1) Documentos:

O contato com a documentação da escola que ora apresento nesse TCC, começou no porão do antigo Grupo Escolar Orosimbo Maia, escola localizada próxima a uma linha ferroviária central da cidade, hoje desativada, e próxima ao patrimônio edificado de uma antiga fundição, chamada Lidgerwood, na cidade de Campinas, interior de São Paulo.

A área urbana na qual a escola se insere é, hoje, deteriorada do ponto de vista imobiliário, mas de grande importância para a história da cidade de Campinas (BRYAN, 2007). Ao olharmos no entorno da escola, o complexo de edifícios denota tal importância: há a histórica estação ferroviária, a estação rodoviária velha – que funcionou no mesmo lugar até 2008, a antiga fundição Lidgerwood, onde hoje está instalado o Museu da Cidade de Campinas, o primeiro distrito policial da cidade de uma série de outros edifícios comerciais e de serviços, incluindo nisso dois hospitais.

Com sua fachada principal instalada na Av. Andrade Neves, do nº 214 ao nº 260, encontramos, na altura do asfalto dessa avenida, as janelas dos porões da escola, onde os documentos estão arquivados há décadas. Tais janelinhas vazadas e com gradis de ferro, recobertas internamente por telas, acolhe um grande volume de CO² dos veículos que passam na avenida, bem como permitem a entrada de grande quantidade de fuligem para o interior do porão. Nele, além do arquivo, denominado de “morto” pelas secretarias e diretora, há ainda espaço para carteiras quebradas, materiais da cozinha em desuso e antigos guardados da escola.



Janelinha do porão.



Parte do porão onde foram encontrados os documentos.

Neste local, totalmente impróprio para o armazenamento de documentação, localizava-se o “arquivo morto”, porém esta é uma denominação errada para os documentos que não são utilizados com frequência pela escola. Segundo CAETANO⁴ (2008),

(...) “Não há “Arquivo Morto”; esta titulação é assim denominada pelos usuários da administração escolar, não se fazendo adequado para o que se denomina arquivo permanente.” (...)

⁴ Bianca Juriollo Caetano – Memória da Escola: Uma análise dos documentos históricos do 4º Grupo Escolar de Campinas (1923-1939), 2008.

Neste arquivo permanente, encontramos uma diversidade de documentos os quais foram separados de acordo com sua tipologia e procedência documental, permitindo a construção da tabela abaixo, evidenciando a data limite e a quantidade de cada um desses documentos:

DOCUMENTOS	DATA-LIMITE	TOTAL
1. Administração		
1.1. Administração Geral		
Livros ponto	1923-1984	154
Livros de Plano de Ensino	1992-1995	10
Livros de Leis /Caderno de Legislação	1981-1994	10
Livro de Assentamento	1939-1970	13
Livro Termo de Compromisso	1923 -1974	03
Livro de Requerimento	1925-1974	14
Pastas de Notas Administrativas	1987-2001	47
Caderno de Notas Administrativas	1954-1997	21
Livro de Exames	1935-1937	01
Livros de Notas de Alunos	1973-1992	07
Pasta com Fichas de Controle de Entrega e Devolução de Livros Didáticos	1995-2002	12
Pasta com Fichas sobre Concurso de Servente/ Licitação Cantina/ Inscrição de Professor	Década de 1990	10

Livros de Matrícula	1930-1980	74
Livros de Atas	1964-1993	11
Livros de Recebimentos de Provas	1971	01
Livro de Ocorrência	1972-1973	01
Livros de Chamada	1964-1968	26
Diários de Classe	1990-2000	3 armário-arquivo
Livros de Nomeação e Licenças	1947-1963	12
Livro Memorando	1954-1961	02
Livro de Extrato de Correspondência Recebida em "Transito"	1956	01
Livro de Visitas	1923-1971	02
Livro de Inventário/Pastas com Fichas sobre Patrimônio Escolar	1935-1977	06 livros e 04 pastas
Livro com Recortes D.O.E	1961-1978	05
Prontuário de Alunos	Não determinado	9 armários arquivos
Pasta de Substituição de Aulas	Década de 1990	10
Pasta de Processo Funcional Docente	Não determinado	139
Livro de Movimento Escolar	1932 -1986	48
Livro de Registro de Certificado Militar de Funcionários	1941-1953	01
Livro de Registros de Consulta, Pedidos, Sugestões e Queixas	1964	01

Internas		
Livro de resultados Finais	1972	01
Pastas de Notas Administrativas de responsabilidade da APM	Década de 1990	31
1.2. Escolas Isoladas		
<p>Documentos das Escolas Isoladas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Livro de Cadastros das escolas Isoladas; • Livro de Termo de Compromisso; • Livro de Escolhas das Escolas Isoladas de Emergência e Comuns do Município de Campinas da I Inspeção Auxiliar; 	Década de 1950	01
2. Práticas Escolares		
<p>2.1 Discente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Provas; • Redações; • Trabalhos; • Atividades de Recuperação • Dossiê Aldo Chioratto 	1998-2001	51 pastas arquivo
<p>2.2. Docente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Papéis referentes à excursão • Planejamento Escolar • Plano de Recuperação 	1998-2003	16 pastas arquivo
2.3. Supletivo:	1998-2003	-

<ul style="list-style-type: none"> • Provas do Supletivo; • Registro de Alunos; • Notas de Alunos; 		
3. Iconografia		
Fotos referentes às práticas escolares e a arquitetura escolar.	A partir da década de 1930	184 negativos, 631 fotografias e 09 álbuns
4. Recursos Pedagógicos e Recreativos		
Atlas Pedagógicos	Sem data	03
Caderno de Orfeões	A partir da década de 1950	01
Livro de Cantos	1944-1952	01

Tabela: documentos encontrados no porão da Escola Estadual Orosimbo Maia.

Após essa separação, foi possível criar um organograma dividido em grupos, sub-grupos, séries, sub-séries. Primeiramente os documentos foram separados em grupos de acordo com a função do documento analisado. A partir daí, procede à verificação da necessidade de separar em sub-grupos e “dentro” desses podemos encontrar as séries, que são os documentos propriamente ditos, porém em alguns casos houve a necessidade de se criar algumas sub-séries, dando a especificidade documental.

Após esse processo de separação, boa parte dos documentos que diziam respeito ao 4º Grupo Escolar e ao Grupo Escolar Orosimbo Maia passaram por um processo de higienização e foram organizados e acondicionados em pastas poliondas devidamente seriadas (a documentação esta disponível digitalizada através do endereço: <http://www.unicamp.br/siarq>. O restante da documentação, que ficou na escola foram armazenadas em pastas para retardar os efeitos do tempo naquele material.

Quanto à descoberta das várias fases pelas quais a escola passou nesse tempo de sua existência, só foi possível durante a separação e a higienização de alguns desses documentos, de interesse da pesquisadora Bianca Juriollo Caetano, que pode-se perceber a mudança de nome da escola no ano de 1939.

Estudando ainda alguns livros de registros administrativos a partir dessa data e, pesquisando em alguns documentos manuscritos da escola, descobrimos que, aquele terreno fora doado pelo presidente da Câmara Municipal da época que era Orosimbo Maia, e que falecera no começo de 1939. Para homenageá-lo passaram a chamar a 4º Grupo Escolar de Campinas de Grupo Escolar Orosimbo Maia. E mais tarde, em 1971, com uma mudança na legislação onde o ensino obrigatório passou a ser de 8 anos, tais instruções primárias, deixaram de ser denominados Grupos Escolares, tendo naquele caso, a alteração para a denominação de Escola Estadual Orosimbo Maia. Desde então, a escola que só recebia alunos considerados crianças, passa também ter entre seu público escolar, alunos jovens.

Procedendo essa separação documental, foi possível restringir ainda mais os documentos que referentes a cada uma das fases da escola, para efeito de estudos monográficos de sua história. A seguir apresento uma tabela com os documentos referentes ao Grupo Escolar Orosimbo Maia no período de 1939 a 1971:

DOCUMENTOS	QUANTIDADE
Livro Ponto (1923-1984)	154
Livro de assentamento (1939-1970)	13
Livro de Termo de Compromisso (1923-1974)	03
Livro de Requerimento (1925-1974)	14

Cadernos de Notas Administrativas (1954-1997)	21
Livros de Matrículas (1930-1980)	74
Livro de Nomeação e Licença (1947-1963)	12
Livro de Memorando (1954-1961)	02
Livro de Visitas (1923-1971)	02
Livro de inventário/Pasta com Fichas sobre o Patrimônio Escolar (1935-1977)	04 Pastas e 06 Livros
Prontuário de Aluno (sem data fechada)	09 Armários-Arquivo
Livros com Recortes D. O E (1961-1968)	05
Livro de Extrato de Correspondência em "Trânsito" (1956)	01
Livro de Movimento escolar (1932-1986)	48
Livro Ata (1964-1993)	11
Livro de Registro de Certificado militar de Funcionários (1941-1953)	01
Fotografias (a partir de 1930)	184 Negativos, 631 Fotos e 09 Álbuns
Livro de Canto (1944-1952)	01
Livro de Orfeões (a partir de 1950)	01

Tabela: Relação de Documentos encontrados que abrangem o período de 1939 - 1971.

Pela grande quantidade de documentos do período estudado, não seria possível a análise completa da documentação, desta forma durante o processo de higienização, fui selecionando os documentos que tratavam da relação professor X direção, práticas pedagógicas e escola X comunidade, seguindo os interesses que apresentei para o projeto de iniciação científica que desenvolvi nos anos de 2007 e 2008⁵.

3.1.1. Documentos Analisados:

Para conseguirmos construir uma primeira versão da história da escola nesse período, todos os documentos são importantes, pois cada um mostra um pouco do andamento daquele grupo escolar: a relação com o diretor, os acontecimentos que dizia respeito ao corpo docente, as características da comunidade no entorno da escola. Os documentos selecionados para uma análise ainda principiante, mas intencionado a compreender a história da escola são:

- **Livros de Requerimento:** neste livro encontram-se todos os pedidos de professores e funcionários sobre questões referentes à vida funcional e aos procedimentos burocráticos adotados em relação aos pedidos. Eram livros de capa dura, com termo de abertura e encerramento realizados pelo(a) diretor(a) da escola, contendo registros do texto copiado do documento avulso que era produzido pelo professor.
- **Mapas de Movimento:** Nestes documentos encontram-se os nomes de professores e funcionários, com data de entrada e saída da escola e processos de deferimento pelo diretor da instituição. Eram compostos por folhas impressas, em formato de livro, porém mais longo e com uma capa mole e folhas dobráveis.

⁵ “Seu nome Vibrante é uma glória: memória e História do Grupo Escolar Orosimbo Maia” - financiado pelo CNPq/PIBIC, agosto de 2007 a julho de 2008.

“ Memória e História do Grupo Escolar Orosimbo Maia de Campinas/SP (1939-1971)”- financiado pelo CNPq/PIBIC, fevereiro de 2009 a julho de 2009.

- **Livros de Nomeações e Licenças:** Este livro contém em suas páginas, o motivo da nomeação, o motivo da exoneração ou da aposentadoria de professores e só nos registros datados da década de 1950 é que se começam a registrar os pedidos de funcionários administrativos e de zeladoria. São compostos também por uma capa dura com termo de abertura e encerramento realizado pelo (a) diretor (a).
- **Livro de Assentamento:** Neste livro se encontram nomes de professores adjuntos, substitutos efetivos e funcionários e os dias de afastamento tanto por licença quanto sem justificção, e também o tempo de serviço. Este também é um material de capa dura com termo de abertura e encerramento realizados pelo(a) diretor(a) da escola.
- **Livro de Cantos:** Este livro contém registros feitos para cada classe em dias de aulas separados em: dias de cantos orfeônicos e dia de cantos musicais, trazendo sempre o ano e o nome da professora que trabalhava com os alunos. Quanto às músicas, possuíam em sua maioria um caráter cívico e chama a atenção as adaptações de cantos de caráter moral para ritmos já consagrados como: canções de roda, hinos cívicos e músicas sacras. Seu material é composto por um livro de capa dura, preta, com termo de abertura assinado pelo (a) diretor (a).
- **Livro de Inventário:** Neste livro contém, discriminados, os materiais solicitados para o uso pedagógico deste período como: livros, cartilhas, materiais para laboratório e ginástica, fanfarra e bandas musicais. Destacam-se também o cuidado com registros de todos os bens da escola, tais como objetos usados para a limpeza, materiais de escritório, móveis e utensílios diversos. O que mais se destaca neste livro é o rígido controle exercido sobre os bens materiais da escola e pelo ordenamento destes bens pela secretária e pelo diretor, incluindo no registro, o estado de conservação dos mesmos.

Certamente, o registro visava à prestação de contas anual da escola para a inspetoria de ensino, mas não havia, no registro, nenhuma classificação do que a escola poderia repor, visando sua maior autonomia. Ao contrário, de vassouras e carteiras, tudo entrava na prestação de contas e era repetido ano a ano, num exaustivo trabalho de cópias. Este livro também nos permite uma visão mais um pouco mais burocrática da administração do sistema de ensino. Sua composição é um livro preto de capa dura, com termo de abertura e encerramento, com a assinatura do (a) diretor (a).

- **Extrato de Correspondência recebida em transito:** Em seu conteúdo encontram-se informações e pedidos feito pelo corpo docente e pela diretoria da escola, destinados a Secretaria da Educação. Nele pudemos perceber os diferentes assuntos que eram motivos de encaminhamentos oficiais, desde gincanas ocasionais, visitas e afastamentos por motivo de saúde. Corrobora a idéia de uma escola altamente administrativa e controlada pela Secretaria da Educação do Estado. Apresenta também, alguns termos que foram usados, mas que hoje, deixaram de ser fazer parte da ordem e estrutura organizacional, o que seria importante para o entendimento da história da educação escolar no Brasil. É um livro preto de capa dura, com termo de abertura e encerramento com a assinatura do (a) diretor (a).
- **Livro Termo de Visitas:** Neste livro encontram-se descritas as visitas do delegado da educação e de inspetores que iam verificar o andamento das aulas e o funcionamento daquele estabelecimento. Também encontra-se em seu conteúdo, registro de sugestões e forma de encaminhamento das visitas. Este livro tem uma capa preta, dura, com termo de abertura e encerramento com a assinatura do (a) diretor (a).

- **Livro de Registros, Consultas, Pedidos, Sugestões, Queixas Internas:** Em seu interior encontram-se pedidos, voltados à comunidade escolar interna como: material para alunos e para o uso das professoras e comunicados da direção aos professores. Livro preto de capa dura (encapado com um papel prateado), com termo de abertura e encerramento contendo a assinatura do (a) diretor (a), sendo um exemplar único do acervo e não compondo os documentos de administração escolar do sistema educacional paulista, mas mostrando ser exclusivo da administração dessa unidade de ensino.
- **Livros de Atas:** Neste documento encontram-se descritas as pautas que eram tratadas nas reuniões pedagógicas, e em algumas, contava-se com a presença do inspetor de educação.

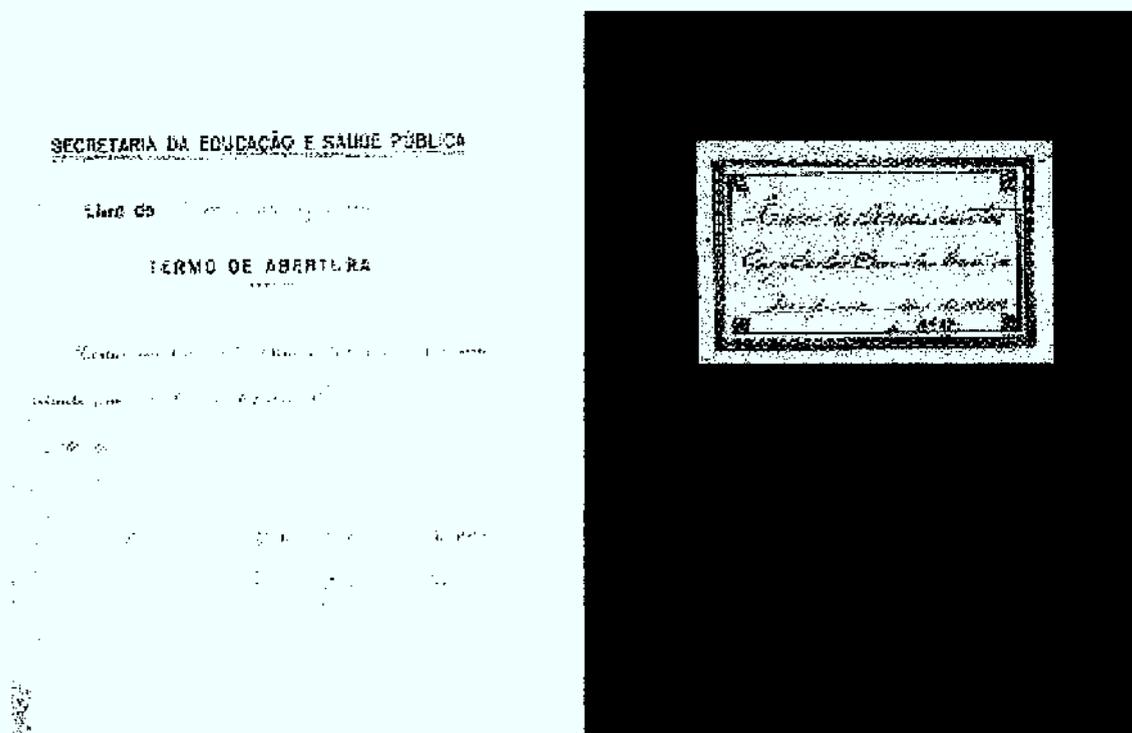
O mais interessante na leitura desses documentos é que um livro complementa o outro, ou seja, cada um deles, embora com funções específicas na gestão e no aparato burocrático, quando tomados em relação aos outros, possibilita-nos uma melhor compreensão da escola como instituição administrativa e complexa, mostrando também, aos pesquisadores, alguns dos desafios que temos para garantir o referenciamento de fontes e relatos descritos neles.

Para que houvesse melhor compreensão dos dados coletados foi necessária a leitura, simultânea, dos textos de NASCIMENTO (1999), SOUZA (1999, 2004), GHIRALDELLI (2006) e ROMANELLI (1978), que abarcavam a história da educação escolar em relação ao sistema de ensino

A leitura simultânea a esses autores possibilitou perceber que a escola demonstrou grande e efetiva sincronia com as propostas das reformas sociais e políticas do país, sendo expressas nos registros das práticas pedagógicas questões de natureza cívica, por exemplo: na administração escolar registradas mostra-nos uma escola que responde de forma organizada e efetiva às demandas criadas pelos demais órgãos do sistema

educacional, acenando para elementos de uma burocratização desse sistema, na medida em que mais novos registros são trazidos á tona.

Também nos permite visualizar a escola por dentro, isto é, as relações intrínsecas entre calendário escolar, atividades pedagógicas e cultura material, pois percebemos, pelos livros, como determinadas atividades ficavam restritas ou reguladas dadas as condições estruturais e funcionais da escola (no tópico 3.3 desenvolveremos melhor).



Livro de requerimento do Grupo Escolar Orosimbo Maia, 1944-1948.

3.2. Catalogação da documentação:

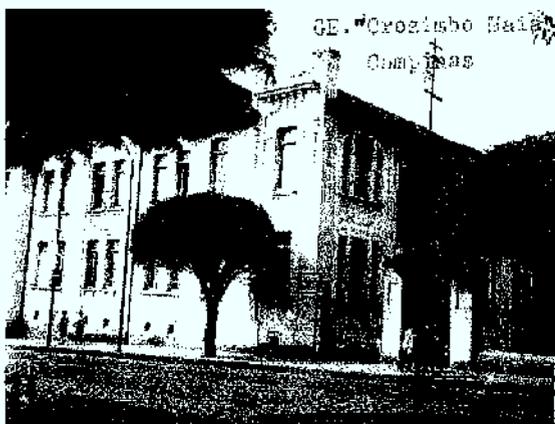
Como já dito anteriormente, o porão, onde os documentos estavam acondicionados na escola, não era adequado nem para o desenvolvimento da pesquisa e o local que tínhamos disponível no Centro de Memória da Faculdade de Educação da Unicamp, também não comportava o acondicionamento de todo aquele material, desta maneira priorizamos a ida

da documentação da primeira fase, que estava sendo estudado por outra pesquisadora e da segunda fase, na qual coube a mim o estudo.

No CMEFE, após a análise aprofundada, foi possível organizar as fontes de acordo com a tipologia documental. Essa organização baseou-se na separação por espécie documental, mas como saberíamos quais teriam a mesma função? Para isso precisamos saber qual a natureza de suas informações, por exemplo: Livro de Requerimento, todos os livros que tenham este título são do mesmo grupo, pois seu conteúdo trata de pedidos de professores e funcionários (ANEXO 1).

A partir daí, pelo fato de os documentos possuírem conteúdos com datas diferentes, ocorreu uma nova separação por tipos, continuando com o exemplo anterior, apesar de todos os Livros de Requerimento serem do mesmo grupo, ou seja, em seu conteúdo encontra-se pedidos de professores e funcionários, possuem datas distintas, sendo necessário desta forma, diferenciá-los uns dos outros, facilitando a identificação individual de cada documento.

4. Algumas histórias no Grupo Escolar – marcas de gêneros, autoridades e conflitos.



Fachada do Grupo Escolar Orosimbo Maia em 1939 e nos dias atuais.

A partir da leitura, um pouco cansativa e pontual, da documentação referente a esta fase da escola, ficou ainda mais claro que a docência era um exercício quase que exclusivamente feminino, criando assim características específicas ao ambiente de trabalho e maneiras como o diretor relatava o cotidiano escolar, dando ênfase a ordem, limpeza, prontidão, delicadeza e "afeto", modelado no exemplo materno, que deveriam nutrir em relação aos alunos e ao seu próprio trabalho docente.

Apesar de serem livros que compõem o que denominamos "procedimentos administrativos", os registros apresentam-se muito ricos em adjetivos que referenciam o magistério das séries iniciais com manifestações de gênero, dando ênfase para a feminilidade do exercício docente.

Em contraposição, um fato que chama a atenção é que o cargo de diretor, em quase todo o período estudado, foi assumido por homens. Essa demarcação tão acentuada em relação à questão de gênero chamou-me muito a atenção, o que me levou a prosseguir com uma leitura muito mais atenta em relação ao que levava a essa divisão e quais os motivos que

levavam os professores e professoras a se dirigirem ao diretor através dos requerimentos.

Analisando os livros, pude constatar que em tais registros ocorrem pedidos bastante diversificados. A grande maioria desses pedidos, principalmente no início do período estudado é de licença por motivo de saúde, do (a) próprio (a) requerente ou de alguém de sua família (desde filhos até pais) que necessitaram de algum cuidado. Foram encontrados, também, pedidos de afastamento por gestação, geralmente os pedidos eram feito no 8º mês de gravidez (conforme exemplo no ANEXO 2) e a licença concedida variava de 2 a 3 meses. Somente em caso de complicações com a gestante, o afastamento antes deste período era concedido.

Outro pedido bastante comum era o de exoneração do cargo (conforme exemplo Anexo3). Em quase a totalidade dos documentos lidos, esse pedido foi requerido por professoras, geralmente por não poderem mais exercer o cargo por motivo de saúde ou por morar longe da escola. Os pedidos de aposentadoria também são registrados e o número de registros com a entrada de substitutas efetivas, desse período, aumenta, dando destaque ao envelhecimento do conjunto de professoras/res da escola e a impossibilidade de continuar trabalhando, quando muitas delas haviam iniciado suas atividades na escola nos anos 20 do século XX.

Tal acompanhamento dos documentos mostra que a profissão docente era exercida por longo tempo, mesmo que configurassem modificações nas maneiras como as professoras às vivenciavam. A número de professoras em condições de aposentadoria por tempo de serviço destaca-se nessa escola, talvez por ser ela localizada na região central da cidade, para a qual acorriam muitas/os professoras/es após anos de dedicação ao magistério em escolas isoladas ou suburbanas.

Com a saída das professoras efetivas era preciso que se contratassem outras para substituí-las. Em todo início e final de ano, ocorreram vários pedidos de professoras substitutas, em sua maioria formada nas Escolas

Normais da cidade de Campinas que assumiriam o cargo, sob estrita vigilância do diretor⁶. Lendo os registros dos livros, pude constatar a entrada de um professor, homem, para o cargo de substituto efetivo só em 1947. Aparecem ainda alguns poucos registros de transferência e permuta (que em sua maioria, ocorria quando a professora mudava de cidade ou de endereço na mesma cidade) para a ocupação dos cargos vagos.

Os procedimentos quanto aos processos de trabalho e a obediência às questões do funcionalismo público aqui relatado ocorriam no interior da própria escola, com a marcada e decisiva presença do diretor como administrador escolar e, nem sempre, com a necessidade de ratificação dos órgãos centrais do sistema (secretarias ou diretorias de ensino, por exemplo).

Mas, quando se fazia necessário repassar o processo de afastamento ou nomeação docente aos outros órgãos superiores da gestão escolar, o parecer e a justificativa do diretor se faziam presente, o que mostra que era no interior da unidade e não nos órgãos centrais do sistema educacional - que naquele momento ainda se configurava - que a vida funcional era resguardada e registrada. Mostram-nos ainda que o papel do diretor era, sem dúvida alguma, de grande importância para o sistema educacional, na medida que dele dependia a funcionalidade adequada do sistema.

Em se tratando dos professores (sexo masculino), os pedidos, na maioria dos casos, não são facilmente registrados como deferidos. Um exemplo encontrado foi do professor Domingos de Araújo, que, fazendo parte do corpo docente da escola desde março de 1923, na maioria das vezes, na ausência do diretor, assumia o cargo na direção. Quando ele solicitou uma permuta de unidade escolar com o professor Sr. Francisco Otaviano Filho, do Grupo Escolar São Bernardo, no ano de 1944, teve seu pedido foi indeferido e não foi encontrado nos registros um motivo para o indeferimento (ANEXO 4).

⁶ Pois como já foi anunciado no início deste trabalho, o concurso para professor só se configurou em SP, na década de 1950.

Outro caso que acentua bem esta diferença, foi o que aconteceu com o professor adjunto Benedito Rosa de Miranda. No ano de 1946, solicitou aposentadoria ao Estado, porém tiveram seu pedido indeferido, mesmo confirmando mais de 50 anos de idade e 30 de docência, critérios necessários para que fosse concedida a aposentadoria. Segundo seu título de liquidação, de tempo (nº 280) e certidão de nascimento, seu processo mostra que lhe foi oferecido 6 meses de licença prêmio, que ele não aceitou. A condição era que tal licença fosse contada em dobro para sua aposentadoria. Passando por todas as instâncias e considerando mesmo a negativa do requerente em aceitar a licença prêmio, sua aposentadoria foi concedida em 1947, o que lhe fez ficar por mais um período em exercício (ANEXO 5 e 6).

A confirmação, nos registros administrativos da escola, que ocorria uma feminilização do magistério para séries iniciais, conforme já nos mostrou estudos de ALMEIIDA (2007) apresenta um pouco mais sobre quem eram essas professoras e como suas carreiras seguiam em consonância com suas experiências femininas fora da escola: os papéis de mães e de filhas, além de esposas, as atribuições e os cuidados com a saúde e o bem estar da família, são apenas tangenciados em suas justificativas, mas estavam em concordância com o que esperava-se da mulher que trabalhasse, pois em sua expressiva maioria, os pedidos foram deferidos pelo diretor ou órgãos superiores.

Já quando abordamos o cargo de diretor escolar, na maioria dos registros fica claro que, efetivaram no cargo, majoritariamente, diretores do sexo masculino, deixando bem clara essa divisão de gênero no trabalho escolar: As mulheres responsáveis pela docência e os homens pela administração da unidade escolar.

Nesse período (1939-71), passaram pela escola, onze diretores nos quais quatro eram mulheres e junto a sua nomeação, acompanhava a palavra "INTERINA" em duas delas. São:

Vicente Ferreira Bueno (1939-1948);

José Francisco Araújo (1948 -1950);
Elvira Rodrigues (1952-1955 – Interina);
Benedito Paes Silvado (1955-1956)
Lídia Cantoneiro de Melo (1956 e 1959 – Interina);
Romeu Cerávolo (1958-1959);
Ruy S. Padilha (1959-1960);
Durval Tolaine (1960-1964);
Aurélio Souto (1964);
Esmeralda Rodrigues Padilha (1964-1970);
Yolanda Avancini Almeida (1970-1972).

O diretor Vicente Ferreira Bueno, assumiu a direção da escola em lugar de Juvenal Wagner Vieira da Cunha, ficou no cargo por quase dez anos e, como todos os demais diretores, teve momentos de ausência, sendo temporariamente substituído por Elvira Rodrigues. Pelo tempo no cargo e a maneira como referia-se respeitosamente aos professores/as da escola, percebe-se que o diretor Vicente Ferreira Bueno construiu uma boa relação com professoras e funcionários/as, sempre porém, muito atento às questões legislativas da educação e do funcionalismo público.

Em suas marcas de gestão escolar, vê-se que ele avaliava determinados pedidos de licença-prêmio como legítimo, sempre referindo-se às professoras/es como merecedoras/es de tal período de afastamento pelo mérito acadêmico de seu ofício (dedicação, asseio e capacidade intelectual). Tal diretor saiu da escola por motivo de aposentadoria, porém no ano de 1955, foi encontrada, no Livro de Requerimento, uma rubrica em seu nome como inspetor geral escolar, o que mostra que ele deu continuidade aos trabalhos no sistema educativo, mas em novo cargo.

Em seu lugar assumiu José Francisco de Araújo. Este permaneceu por apenas dois anos no cargo e durante sua gestão não ocorreram grandes acontecimentos. É nessa época, porém que os registros apontam que passou a ser necessário fazer uma prova para poder assumir ao cargo de professora substituta (p.7, Nº41; 1948-50). No ano de 1950, por motivo desconhecido o

diretor se ausentou temporariamente do cargo assumindo-o o diretor substituto Achilles Pinto Filho; alguns meses depois - e já no ano de 1951 (setembro) - se ausentou novamente só que agora quem o substituiu foi Elvira Rodrigues, que era então professora da escola. É o primeiro registro da presença de uma diretora nesse grupo escolar que já funcionava há quase 30 anos.

Pelas informações registradas concluo que o diretor, nessa ocasião, saiu da direção para gozar licença prêmio (p.31, nº42; 1950 do livro de Licenças) e só retornou em 1952. Já no ano seguinte entrou com o pedido de aposentadoria (p.20, nº27; 1952/55), e novamente a função de diretor passou a ser exercida pela professora Elvira Rodrigues, agora com o título de diretora interina. A partir de toda a documentação lida, esta foi primeira mulher assumir tal cargo e função com longo período de permanência.

Sua passagem pela função, todavia, mostra uma contradição. Sentindo-se prejudicada, no que se referia ao salário que receberia alguns meses depois de assumir ao cargo, entrou com um pedido de demissão, pois pelo fato de estar no cargo há pouco tempo ganharia menos do que como professora (sendo que no cargo de diretora teria mais obrigações e mais horas a cumprir). O interessante quanto a isso, é que no livro não existe o resultado do despacho, mais adiante (1954), em outro requerimento tal professora entra com pedido de aposentadoria, na função docente.

Quem entrou em seu lugar, foi o Sr. Benedito Paes Silvado, que não permaneceu no cargo por muito tempo. Antes de sua saída definitiva afastou-se por dois meses, quando foi representado por Lídia Cantoneiro de Melo que assumiu como diretora substituta e alguns meses depois, com a saída dele, como diretora interina. Foi durante a gestão do Sr. Benedito Paes Silvado que a estrutura do livro de requerimento sofreu alterações, deixando de explicitar os pedidos através de um texto corrido e passou a colocá-los em formato de "ficha", possibilitando um registro mais objetivo, deixando de lado os detalhes que eram transcritos dos documentos oficiais.

Dona Lídia, ficou no cargo por mais ou menos dois anos, quando a direção passou a ser do Sr. Romeu Cerávola. Esse também ocupou o cargo

por pouco tempo e sendo substituído algumas vezes por Dona Lídia, que tornava a ocupar o cargo como diretora interina. Posteriormente a direção esteve sob responsabilidade do Sr. Ruy S. Padilha que permaneceu por alguns meses e foi substituído pelo Sr. Durval Tolaine que o ocupou até 1964, quando assumiu o cargo a diretor Aurélio Solto.

Este ficou no cargo por pouco tempo, apenas 7 meses. Não foi encontrado nenhum registro sobre a sua saída, então foi substituído por Esmeralda Rodrigues Padilha.

O período em que Dona Esmeralda foi diretora, entretanto, merecerá nesse estudo um espaço um pouco maior de reflexão, por haver sido durante a sua gestão que ocorreu um dos mais graves e contundentes episódios de confronto entre professores, diretora e comunidade escolar em Campinas (MARTINS, 2008).

Durante sua gestão, Dona Esmeralda Rodrigues Padilha dinamizou as comunicações com professores e funcionários da escola, por meio de um documento não muito usual para a época registrado no "Livro de Registros de Consultas, Pedidos, Sugestões e Queixas", de 1964 que mais para frente falaremos com mais detalhes, porém manteve-se à frente da direção do colégio por mais seis anos, constando sua saída em agosto de 1970 por motivos não revelados nos documentos analisados.

A Sr^a. Esmeralda, é então substituída pela diretora substituta Yolanda Avancini Almeida, que apesar de ficar no cargo até 1972, não é nomeada como diretora interina e a escola só vai ter uma diretora interina novamente em 1972, com a Sr^a Guiomar da Silva Moreira.

Quanto ao corpo docente, durante esse período ocorreu sua renovação. Das professoras que iniciaram na escola somente cinco se mantiveram no cargo até meados de 1950, são elas: Emilia Amaral, Esther Azevedo Marques, Judith Alves de Camargo, Leonor Domingues de Castro e Zulmira Bitencourt de Abreu e, os principais motivos de suas saídas foram ou transferência para outra escola ou cidade, ou aposentadoria por tempo de trabalho e idade. Também foram encontradas algumas informações bem

interessantes que estarão no anexo deste trabalho sobre uma das professoras.

Nos Livros de Requerimento e Nomeação e Licença, em particular, os pedidos efetuados deixava a escola ciente e informada do que estava acontecendo na vida da docente e cabia a escola liberá-la para resolver tal pendência ou não.

Embora a leitura fosse um tanto repetitiva, acompanhado a própria função para a qual o documento administrativo fora criado, os estudos desses livros me permitiram perceber a potencialidade do arquivo escolar, que conserva dados sobre pessoas comuns, vidas cotidianas, mostrando toda a sua potencialidade para estudos no que se refere aos levantamentos quantitativos, dados sobre diferenciações sócio-culturais e até mesmo marcas de gêneros, como foram aqui levantadas.

Permitiu-nos ainda intuir quanto ao papel do professor e sua importância para a sociedade da época - ao menos no que referem-se aos registros da ordem pública - pois eles/as tinham uma responsabilidade cívica e patriótica, servindo de forma modelar à formação de seus alunos e devendo ser exemplo também para demais sujeitos sociais que tivessem acesso aos seus trabalhos e contatos pessoais.

Chamo a atenção, em especial, para a ocorrência de um registro, datado de 1939 e que refere-se à vida da professora Zulmira Bitencourt de Abreu. Segundo o requerimento, a professora nasceu na cidade do Porto em Portugal e, por algum motivo, seus pais não procuraram o consulado para efetuar seu registro de nascimento. Somente no ano de 1939, por motivos não revelados, ela foi contactada para 'resolver' sua cidadania, pois não possuía registro de nascimento, embora constasse no processo escolar e na declaração escolar, que ela possuía imóveis em seu nome e que já atuava no magistério como professora.

Nessa ocasião, todavia, alegava-se que ela não era considerada cidadã, brasileira nem portuguesa, e que havia a necessidade de uma definição de sua condição civil. Como tal episódio chega-nos à luz justamente

no período em que foi deflagrada a Segunda Guerra Mundial, é bastante provável que essa cobrança das autoridades esteja vinculada às políticas nacionalistas do período que abarcava o Estado Novo.

O mais interessante do documento é a declaração feita pelo diretor da escola que foi registrada no Livro de Requerimento (ANEXO 7), qualificando a professora para o consulado. Na declaração, foi chamada a atenção para o fato de o diretor ter descrito a maneira como a professora trabalhava, com afinco e zelo, obediência e decência, o que a legitimava perante as autoridades que solicitavam esclarecimento sobre sua situação civil no país.

No registro datado de 21/07/1939, mostra-nos que sua situação foi regularizada, com a abdicação da cidadania portuguesa (por condição de nascimento, não comunicada até então) e naturalizando-se brasileira.

O mais interessante é que ela sempre foi funcionária pública e trabalhou por 16 anos no Grupo Escolar Orosimbo Maia, sem ter nenhum registro civil de nascimento. Inseridas nas condições históricas de início da segunda guerra mundial, a documentação escolar sobre esse processo, apresenta-nos algumas medidas que estavam sendo tomadas pelas autoridades do estado de São Paulo em relação ao cadastro de professores e a verificação de suas condições documentais oficiais.

Essas marcas nacionais e as funções cívicas regulatórias perpetradas à escola, ficam visíveis também, em outro documento voltado para a natureza pedagógica da escola, a saber "Livro de Cantos", um recurso pedagógico no qual foram registradas as aulas de músicas de 1944-1952, o que deveria ser cantado diariamente em cada classe e, muitas vezes, fazendo referência ao ritmo e melodia que deveriam se encaixar em letras variadas. Ao ler esse livro, percebemos a demonstração de práticas com conteúdos cívicos. Estávamos passando por um período de "exaltação" do nacionalismo, que teve grande importância na ditadura do Estado Novo comandada por Vargas até 1945, passando pelo governo democrático do Gal. Gaspar Dutra até o retorno de Getúlio, através das eleições de 1951, mostrando assim a continuidade dos rastros desse civismo.

Mas, atendo-nos ainda ao arquivo administrativo da escola, destaca-se de seu conjunto, o documento denominado "Livro de Registros de Consultas, Pedidos, Sugestão e Queixas (1964-1967)".

Sua descoberta mobilizou a equipe que organizava o arquivo histórico dessa escola, por ser ele um livro único, sem qualquer sequência ou série, mas tratados em termos de abertura e fechamento, como se fosse um documento ao qual a escola recorria com funções gerenciais.

Com a sua leitura pudemos observar que este livro era um meio de comunicação entre a direção e os professores daquele grupo escolar, com o intuito de agilizar o atendimento de possíveis necessidades da escola como solicitações de materiais de trabalho, feita por professores, solicitações de materiais e uniformes para os alunos (pedido feitos à Caixa Escolar), solicitação para consertos de sala de aula, informes de concurso de redação apresentados aos alunos, informes e orientação sobre festas escolares e competições desportivas para os alunos (as promovidas pela escola e as promovidas por particulares), pedidos de contagem de tempo de serviço das professoras, campanhas de vacinação para os alunos, modificações e definições de datas de exames finais, lembretes de reuniões de pais e professores, registros de práticas e alternativas para questões disciplinares do grupo escolar, recados aos professores substitutos, registro de distribuição de cupons para contribuição financeira dos alunos e seus familiares a hospitais e creches. O livro também nos chama a atenção para as atividades extra-curriculares realizadas no grupo escolar.

Como nos mostra MARTINS (2008), mesmo não podendo ser enquadrado no conjunto de produção de documentos do grupo *administração escolar*, por não pertencer aos documentos "oficiais", escritos para efeitos de inspeção ou atendendo à legislação, ele estava no porão, junto com os documentos administrativos e pelo que pudemos observar em suas páginas, foi guardado como registro de alguns conflitos ocorridos na escola naquele período.

Em algumas páginas do livro, as normas disciplinares referidas aos professores tornaram-se ainda mais claras quando é chamada a atenção, por

parte da diretora, a maneira correta de se usar as páginas - por exemplo, para que não pulassem linhas na escrita - também chama atenção para os pedidos, aos professores, que observassem com mais cuidado a organização (limpeza das carteiras, da sala, do banheiro), ou mesmo quando evidencia a maneira que deverão ser frequentados espaços como biblioteca, laboratório ou corredor pelos professores.

Também é possível notar, em suas páginas a preocupação com a formação cívica dos professores e estudantes. Na página 13 do referido livro, a diretora se mostra preocupada pelo fato de ter “deixado de lado a formação cívica” (ANEXO 8) e procura sanar este problema de uma hora para outra, inserindo na rotina dos alunos atividades que reforcem a importância cívica.

Encontramos também, referente aos assuntos dos espaços escolares, passagens do texto comentando sobre as professoras substitutas. A diretora deste grupo escolar, encontrando algumas professoras substitutas fora das salas de práticas, em momento que deveriam estar nesta atividade, chama a atenção delas, com registro para todo o público que acessava o livro, notificando que tal atitude era considerada falta grave (dando referência a condição trabalhista).

Este material mostra-nos com clareza o compromisso que existe por parte da diretora em relação aquele ambiente escolar, tanto no que diz respeito às dinâmicas escolares, quanto em relação às mudanças referentes à legislação trabalhista e as condições funcionais dos professores. Com uma escrita bastante característica, em alguns dos casos, a diretora aparece como em uma função de conselheira, além de tratar de assuntos variados. Um exemplo desta atuação ocorreu na preparação do "Seminário de Estudos das Autoridades Escolares", que seria sediado no Grupo Escolar Orosimbo Maia. Sua manifestação refere-se a um pedido de colaboração "especial", com uma atenção redobrada com o intuito de que a ordem e o bom funcionamento da escola fossem zelados. No livro, vemos ainda como são os assuntos relacionados à disciplina cotidiana de alunos e professores.

O período a que este documento se refere, foi o que mais alunos matriculados o grupo teve (aproximadamente 800 alunos por cada um dos

anos letivos a que se refere) e havia grande demanda por número de vagas nos grupos escolares da cidade. Apesar deste ser um período em que estava ocorrendo importantes reformas na educação, não foi possível perceber nesta fonte documental reflexos de tais mudanças nos diálogos referentes aos professores, somente nos conteúdos, com as práticas de moral e civismo.

Foi durante boa parte do ano de 1966 que os conflitos aconteceram e, podem ser lidos através de recortes de jornais colados em seu interior e manuscritos da diretora, denunciando tais acontecimentos.

Nesse período, as instalações do porão do edifício escolar eram usadas como salas de aula para as crianças menores (das séries iniciais e do jardim da infância), as queixas a respeito das péssimas condições dessas classes eram encaminhadas tanto para a diretora Esmeralda Padilha, quanto para outras autoridades do ensino paulista.

As queixas dos pais e as matérias de jornais se referiam, não só as aulas ministradas no porão, mas também a diminuição de aulas no período e as más condições de acolhimento das crianças. O vereador da cidade, Sr. Palimércio de Oliveira Pinto, entrou na discussão, denunciando ainda a venda de pipocas, doces e guloseimas em um bar instalado na escola que dariam maus hábitos às crianças.

Esse mesmo vereador aparece em outra página do livro em matérias de jornais, sendo acionado por pais de alunos que solicitavam sua interferência na formulação de queixas contra o grupo escolar. Nessas páginas também fica clara a atenção da diretora Esmeralda aos acontecimentos referentes àquele estabelecimento. Em um comunicado aos professores, a diretora, fala sobre algumas mudanças que seriam feitas devido aos acontecimentos, porém em nenhum outro documento foi encontrado registro de quais mudanças seriam essas. Foi convocada uma reunião da APM (que segundo a própria Esmeralda, ainda estava em formação) para que nela fossem discutidos os acontecimentos.

Devido às proporções que a crise no grupo escolar Orosimbo Maia tomou, no jornal Diário do Povo de 06/05/1996, foi publicado que haveria uma reunião da APM naquele dia e também apresentava duas vertentes com diferentes visões sobre o principal assunto da reunião: Manter dois período de aula ou criar um terceiro período. Com a mesma visão da diretora e de alguns pais (apoiados pela APM), de manter dois períodos, estava vereador José Correia Althmann e com a mesma visão de alguns pais e alguns professores (apoiados pela caixa escolar), de “tresdobrar” (criar um terceiro período), estava o vereador Palimércio de Oliveira Pinto.

Tal conflito que também causa divergências internas entre professores e a diretora, torna-se público em junho. A diretora passou a ser acusada de abuso de autoridade e acusada de chamar as professoras de “vagabundas” e de abandoná-las como cachorras nas salas de aula (ANEXO 9). Como resposta a tais acusações, dona Esmeralda, escreve que tomaria providências mais corretas, seguindo as instruções dadas pelo inspetor de ensino da escola. Afirma também que a partir daquele momento as professoras teriam que acompanhar os alunos nos espaços comuns (pátio e galpão), que seriam adotadas medidas como diário de classe (para o registro de materiais e atividades diárias) e as avisaria com antecedência os dias das reuniões da APM.

Quanto às novas regras estabelecidas, alguns professores mostraram seu descontentamento, um deles escreveu no livro que não se responsabilizaria por acidentes físicos com os alunos, que poderiam acontecer durante o recreio. Todo esse conflito não tem um desfecho no livro, apesar de ainda ter folhas em branco, porém deixa evidente uma maior disciplina sobre os professores.

A descoberta desse documento possibilitou um estudo das questões disciplinares da escola, enfatizando o papel do diretor e a forma como podem ser analisados tais declarações por parte de professores, diretores e demais autoridades municipais por MARTINS (2008), que destacou em análise a consonância entre algumas escolas em Campinas e o contexto de instalação

da ditadura militar brasileira, bem como as marcas culturais de violência e de conflitos que percebe em múltiplos lugares na época.

Esse livro foi motivo de estudos e comentários detalhados durante essa pesquisa, pelo seu caráter especial, em relação aos demais documentos encontrados no arquivo. Com ele pudemos perceber que o arquivo escolar pode constituir um espaço privilegiado para a busca de dados, tanto no que diz respeito ao funcionamento escolar, mas também em relação aos conflitos que se desenvolvem no cotidiano da escola, tendo em vista diferentes relações de poder e expectativas quanto às funções da escolarização.

Entre tantos documentos encontrados neste período, estavam os Livros de Atas. Neles eram registradas as reuniões pedagógicas do grupo e contava com a presença de todos os docentes, o diretor, a secretaria e em algumas o inspetor de educação.

Pela ata percebemos que as primeiras reuniões, ocorridas no ano de 1964 a 1967, eram divididas em duas partes: a parte administrativa e a parte técnica. Na parte administrativa, os assuntos tratados eram mais voltados para calendário de provas, onde estipulavam-se, geralmente na primeira reunião do semestre as datas das provas e a entrega das notas na secretaria; a leitura do Diário Oficial, lia-se no início dessas reuniões os atos que fossem relacionados à educação; as solicitações do diretor para que ocorresse um bom entendimento do grupo e também a leitura da ata anterior (essa geralmente ocorria no início da reunião).

A parte técnica, nem sempre estava presente nos registros. Somente quando havia palestras, geralmente de caráter sanitário, que seriam ministradas na escola é que se descreviam detalhadamente como esta ocorreria e se apresentava um plano pedagógico de como o assunto seria trabalhado em classe (ANEXO 10).

A partir desta data sem nenhuma justificção clara, esta ata tornou-se única, bem resumida e deixaram de ser recorrentes, além de não existirem registros do ano de 1969.

5. Concluindo...

A investigação documental da segunda fase do Grupo Escolar Orosimbo Maia, visou contribuir com a reconstrução de um pedaço da história dessa instituição que foi e ainda é tão importante para a cidade de Campinas, através de sua documentação que estava guardada no porão da escola. Com essa pesquisa, passamos também a testar o potencial do arquivo escolar, procurando mostrar o que tais documentos podem apresentar ao pesquisador, de forma peculiar.

Isso também nos permitiu uma melhor compreensão de como era a profissão docente desta instituição, as relações com a direção e a comunidade escolar. Tem ainda a intenção de contribuir com a historiografia da educação, que promove a discussão sobre a necessidade de fontes documentais escolares para o reconhecimento da dinâmica intra-escolar, além de sua importância para a preservação histórica da escola e da cidade.

A realização deste trabalho nos possibilitou uma reorganização das características institucionais, definindo as “fases” pelas quais a escola passou e desta forma esclarecer seu desenvolvimento, os reflexos causados por diferentes gestões políticas e administrativas, e as mudanças no trabalho pedagógico desenvolvido. Colaborando também para um melhor entendimento de como é nossa educação.

Relembrar um pouco destes acontecimentos nos permite viver uma época que não é a nossa, mas que reflete a nossa educação, bem como mostra como elementos da cultura escolar vão sendo demarcados.

6. Anexos:

ANEXO 1:

Tipologia documental de alguns documentos do período estudado:

Espécie: Livro de Requerimento

- ✓ **Tipologia:** Livro de Requerimento do 4º Grupo Escolar de Campinas/Grupo Escola Orosimbo Maia, 1937-40.
 - Suporte: livro de capa dura;
 - Características: pedidos de professores adjuntos e professores substitutos de 1937 a 1940;
 - Código de referência: CMFE EEOM ADM LR 1925-40.

- ✓ **Tipologia:** Livro de Requerimento do Grupo escolar Orosimbo Maia, 1942-44; 1946-48; 1948-50; 1950.
 - Suporte: Livro de capa dura;
 - Características: pedido de professores adjuntos, professores substitutos e funcionários no período de 1942 a 1950.
 - Código de referência: CMEFE EEOM ADM LR 1942- 48- 50.

- ✓ **Tipologia:** Livro de Requerimento do Grupo Escolar Orosimbo Maia, 1952-55; 1955-58; 1959-51; 1961-64.
 - Suporte: Livro de capa dura;
 - Característica: pedido de professores adjuntos, substitutos efetivos e funcionários no período de 1952 até 1954.
 - Código de referência: CMFE EEOM ADM LR 1952- 55- 61.

Espécie: Livro de Assentamento

- ✓ **Tipologia:** Livro de assentamento do pessoal docente e administrativo, 1944/46-47; 1945/48-49; 1949-50-51;
 - Suporte: Livro de capa dura;
 - Característica: contém os meses e as faltas, faltas abonos, licenças e faltas justificadas de 1944 a 1951.

- Código de Referência: CMEFE EEOM ADM LA 1944;1945; 1949
- ✓ **Tipologia:** Livro de assentamento das classes, 1949 a 1953.
 - Suporte: livro de capa dura.
 - Característica: contém o número de matriculados, eliminados, promovidos e frequência média dos alunos em cada turma no período de 1949 a 1953.
 - Código de Referência: CMEFE EEOM ADM LA 1944; 1945; 1949
- ✓ **Tipologia:** Livro de Assentamento de professores e funcionários, 1955.
 - Suporte: livro capa dura;
 - Característica: contém informações sobre professores e funcionários como formação data de entrada e saída, cargos anteriores, correspondente ao período de 1955 a 1959;
 - Código de Referência: CMEFE EEOM ADM LS 1955; 19
- ✓ **Tipologia:** Livro de Assentamento de substitutos efetivos, 1955-58.
 - Suporte: livro capa dura;
 - Característica: contém informações sobre os substitutos efetivos como dias de trabalho remunerado, faltas justificadas, afastamentos, faltas injustificadas no período de 1955 a 1958.
 - Código de Referência: CMEFE EEOM ADM LS 1955; 1961
- ✓ **Tipologia:** Livro de Assentamento de substitutos efetivos, 1959.
 - Suporte: livro capa dura;
 - Característica: contém informações sobre os substitutos efetivos como dias de trabalho remunerado, faltas justificadas, afastamentos, faltas injustificadas no período de 1959 a 1962.

- Código de Referência: CMEFE EEOM ADM LS 1955; 1959
- ✓ **Tipologia:** Livro de Assentamento de professores e funcionários, 1961.
 - Suporte: livro capa dura;
 - Característica: contém informações sobre professores e funcionários como formação data de entrada e saída, cargos anteriores, correspondente ao período de 1961 a 1964.
 - Código de Referência: CMEFE EEOM ADM LS 1955; 1961

Espécie: Livro de Nomeação e Licença

- ✓ **Tipologia:** Livro de Nomeação e Licença de 1936-41; 1941-47.
 - Suporte: Livro de capa dura;
 - Característica: registro de pedidos de licença e nomeação de professores adjuntos e substitutos no período de 1939 a 1947;
 - Código de Referência: CMEFE EEOM ADM 1933-1936-1941
- ✓ **Tipologia:** Livro de Nomeação e Licença de 1941-47; 1947; 1953;
 - Suporte: livro de capa dura
 - Característica: registro de pedido de licença e nomeação de professores adjuntos, substitutos e funcionários que vai de 1941 a 1959.
 - Código de Referência: CMFE EEOM ADM 1941- 1947- 1953.

Espécie: Livro de Registros Militares

- ✓ **Tipologia:** Livro de Registros Militares, 1941.
 - Suporte: caderno capa dura;
 - Característica: contém informações sobre as informações militares de funcionários e docentes da escola no período de 1941 a 1953.
 - Código de Referência: CMEFE EEOM AD RM 1941

Espécie: Mapa de Movimento

- ✓ **Tipologia:** Mapa de Movimento Escolar, 1939 --1961.
 - Suporte: Papel;
 - Características: contém informações sobre o corpo docente e de funcionários da escola que deveria ter 4 de suas 5 vias entregue ao delegado regional de ensino no início de cada mês.
 - Código de Referência: CMEFE EEOM MME (ANOS QUE A PASTA SE REFERE)

Espécie: Iconografia

- ✓ **Tipologia: Fotografia**
 - Suporte: papel;
 - Características: em sua maioria são fotos de turmas deste período (sem identificação de data);
 - Código de Referência: CMEFE EEOM ICO PE
 -

Espécie: Livro de Canto

- ✓ **Tipologia:** Livro de Canto, 1944-1952.
 - Suporte: Papel;
 - Características: contém músicas trabalhadas com as classes;
 - Código de Referência: CMEFE EEOM RPR LC 1944-1952

Espécie: Livro de Inventário

- ✓ **Tipologia:** Livro de Inventário, 1960-1963.

- Suporte: Papel;
- Característica: contém discriminado em suas paginas os materiais pedagógicos utilizados no período, assim como os bens da escola.
- Código de Referência: CMFE EEOM ADM LI 1942-60

Espécie: Extrato de Correspondência Recebida em Transito

- ✓ **Tipologia:** Extrato de Correspondência Recebida em Transito, 1956-63.
 - Suporte: Papel;
 - Característica: em seu conteúdo encontra-se os pedidos feitos pelos docentes e pela diretoria da escola destinados a Secretaria da Educação.
 - Código de Referência: CMFE EEOM ADM LI 1942-60

Espécie: Livro de Termo de Visitas

- ✓ **Tipologia:** Livro de Termo de Visitas, 1923-65.
 - Suporte: Papel;
 - Característica: encontra-se descritas as visitas do delegado de ensino e de inspetores para a verificação do funcionamento daquela instituição.
 - Código de Referência: CMFE EEOM ADM TV 1923-65

Espécie: Livro de Registros de Consultas, Pedidos, Sugestões e Queixas Internas.

- ✓ **Tipologia:** Livro de Registros de Consultas, Pedidos, Sugestões e Queixas Internas, 1964-67.
 - Suporte: Papel;
 - Característica: conteúdo voltado a comunidade interna da escola, encontra-se pedidos de materiais para alunos e professores, além de servir como comunicação entre direção e professores.
 - Código de Referência: CMFE EEOM ADM RPQ 1923-65

ANEXO 2:

Livro de Requerimento, 1937-40; p.45 (costas)

“Interessada: Esther Azevedo Marques

Esther Azevedo Marques, adjunta do ‘Grupo Escolar Orosimbo Maia’ de Campinas, achando-se doente, guardando leito, conforme prova com o atestado médico incluso, vem respeitosamente solicitar de V.Exa. 1 (um) mês de licença para tratar-se, nos termos do art.5º do decreto 6.055 de 19-08-1933, a contar de 16 corrente sendo de justiça. Pede deferimento. Campinas, 16 de outubro de 1939. A) Esther Azevedo Marques”.

No requerimento que estava devidamente selado e acompanhado de atestado médico Dr. Leitão Pella, foi exercida a seguinte informação: “nº 57 A requerente, no ano anterior a esta data, não gozou licença. O presente pedido esta de conformidade com o art.3º, do decreto nº6.055, de 19/08/1939. Este requerimento me foi entregue pessoalmente no dia 21 do corrente, as 16 horas na repartição a meu cargo, pelo Sr. Silvio de Toledo Leite. O centro de saúde mais próximo funciona na rua Francisco Glicério nº 986, nesta cidade.

Campinas, 15 de outubro de 1939. (Vicente Ferreira Bueno, Diretor)”

ANEXO 3:

Livro de Requerimento, 1942-44; p.6, nº44

“Exmº. Sr.Dr. Secretário da Educação e Saúde Pública.

Elza Gomes, substituta efetiva do grupo Escolar Orosimbo Maia de Campinas, vem respeitosamente requerer a Vs.S. a exoneração do referido cargo, em virtude de ter sido nomeada professora efetiva da escola municipal do Bairro da Toca, em Jundiaí. Nestes termos. Para deferimento.

Campinas, 14 de julho de 1942. A) Elza Gomes (devidamente selado com firma reconhecida).

Informação: “a professora d. Elza Gomes exerce o cargo de substituta efetiva neste estabelecimento de ensino. Esta diretoria nada tem a opôr-se quanto ao seu pedido de exoneração.

Campinas, 15 de julho de 1942. A) Vicente Ferreira Bueno, diretor”.

ANEXO 4:

Livro de Requerimento, 1942-44; p.45, nº2.

“Exmº. Snr.Dr. Secretario da Educação e Saúde Publica.

Domingos de Araújo, adjunto do Grupo Escolar 'Orosimbo Maia', de Campinas, e Francisco Otaviano Filho, adjunto do Grupo Escolar de São Bernardo, da mesma cidade ambos em 3º estágio, respeitosamente, solicitam de V. Excia. permissão para permutarem os respectivos cargos nestes termos, P. Deferimento. Campinas, 23 de fevereiro de 1944. Domingos de Araujo “sobre estampilha estadual de Cr\$ 6,00 devidamente inutilizada”

Informação: O requerente exerce o cargo de adjunto deste estabelecimento e conta mais de duzentos (200) dias de exercício. Esta diretoria nada tem a opor, quanto à pretensão do requerente. Campinas, 23 de fevereiro de 1944. (Vicente Ferreira Bueno, diretor)”

ANEXO 5:

Livro de Requerimento,1946-48; p.12 nº59.

“Campinas,23 de setembro de 1946. Exmo. Senhor Doutor Secretário da Educação e da Saúde Pública. O abaixo assinado, professor primário do Grupo Escolar 'Orosimbo Maia' de Campinas, apresentando os documentos exigidos, pede a sua aposentadoria nos termos do art. 50 do decreto-lei 12427. Pede deferimento. A) Benedito Rosa de Miranda.

Documento: Título de Liquidação de tempo n.280 e certidão de nascimento.

Informação: o requerente exerce o cargo de professor primário deste estabelecimento de ensino se acha em exercício do referido cargo no período que decorre de 26/02/1946 a 26/09/1946 não deu nenhuma falta. Acresce que o mesmo conta 32 anos, 9 meses e 26 dias de efetivo exercício e tem mais de 50 anos de idade como se verifica nos documentos inclusos. Campinas,26 de setembro de 1946. (Vicente Ferreira Bueno, diretor)”

ANEXO 6:

Livro de Rquerimento,1946-48; p. 17 nº10.

“Campinas,27 de janeiro de 1947. Exmo. Senhor Doutor Secretario da Educação e da Saúde Publica. Benedito Rosa de Miranda, professor primário do grupo escolar Orosimbo Maia de Campinas, mui respeitosamente pede a V.excia. para desistir do gozo da licença prêmio de seis meses conforme o certificado que apresenta, e solicita a contagem em dobro dessa licença para ser adicionada ao seu tempo de exercício. P. Deferimento. A) Benedito Rosa de Miranda, professor primário do grupo escolar Orosimbo Maia.

Informação: o requerente exerce o cargo de professor primário nesse estabelecimento. Nada a opor quanto a pretensão. Campinas, 29 de janeiro de 1947. (Elvira Rodrigues, diretora substituta)

ANEXO 7:

Livro de Requerimento, 1937-4; p.2.

“Interessada – Zulmira Bitencourt de Abreu

Zulmira Bitencourt de Abreu, adjunta do 4º Grupo Escolar de Campinas, tendo nascido em a cidade do Porto, Portugal, de pais brasileiros que se achavam a passeio na Europa, e, tendo estes por esquecimento, ou inadvertência deixado de fazer o competente registro no consulado brasileiro, apresenta, para provar o que alega, a pública forma da certidão de casamento de seus progenitores, pela qual V.Sias poderão constatar que os mesmos contraíram matrimônio em Casa Branca, neste Estado.

Apresenta mais os seguintes documentos:

- 1º) Pública forma de seu diploma de professor;
- 2º)Ficha do seu tempo de exercício;
- 3º) Recibos de pagamento de impostos de uma casa da qual é proprietária.

Campinas, 9 de janeiro de 1939.

Informação nº14: A professora Zulmira Bitencourt de Abreu, como se vê de sua ficha de serviço anexa a este processo, exerce o magistério público desde 17 de fevereiro de 1915, e há 16 anos ocupa o cargo de adjunta deste estabelecimento com bastante eficiência, pois é uma professora diligente, assídua e ordeira. Tem todos os predicados de educadora. De índole pacífica e boa, consegue perfeita disciplina em sua classe sem dar à voz tão mais alto que o natural. Acata sempre as ordens desta diretoria e as põe em prática com inteligência e boa vontade. Com estes excelentes dotes, não podia deixar de ser como é realmente bastante estimada de suas alunas, bem como de suas colegas e de corpo administrativo deste estabelecimento.

Campinas, 24 de fevereiro de 1939 (Domingos de Araújo, diretor substituto).

Enviado aos diretores dêste estabelecimento.”

ANEXO 8:

Livro de Registro de Consultas, Pedidos, Sugestões e Queixas Internas, 1964-67; P. 13.

“Snrs. Profs –

Cheguei à conclusão de que tenho descuidado demais de toda atividade que se refere à Formação Cívica. Procurando sanar esta falha e considerando que o dia 15-11 será a última data de comemoração obrigatória, e que é absolutamente necessário que se cuide de formar hábitos e atitudes de exaltação, veneração e respeito pelos fatos, símbolos e vultos nacionais, fica estabelecido que desta data em diante, sejam reservados alguns minutos diariamente para:

1º) Conhecimento do símbolo nacionalista e mais ainda, esclarecimento aos alunos sobre o dinheiro como símbolo nacional e a legislação que regula que regula a matéria.

[...]

2º) O estudo da Bandeira, e seus desenhos corretos;

3º) Vultos nacionais, sua atuação nos fatos capitais de nossa história;

A data de 15.11 estará reservada um brilho especial na comemoração, e as nossas acomodações permitirão maior comparecimento de alunos e todas as classes se apresentarão assistidas pelo seu titular que zelará pelas atitudes dos alunos durante a comemoração. O aluno deverá ser esclarecido do “porque” de certas atitudes como: manter-se em pé, obrigação de não se distrair com conversas sociais durante a solenidade e etc. Estaremos então diante do Santuário da Pátria.[...]

Nesta época do ano a figura do professor atinge proporções em que o afeto desenvolvido por um trabalho eficiente e uma convivência sadia, propiciam condições ideais para a fixação do aprendizado. Aproveitamos essas condições para o estabelecimento de normas que possibilitem formação de hábitos e atitudes corretos, sadios e patrióticos.” (assinado pela diretora)

ANEXO 9:

Livro de Registro de Consultas, Pedidos, Sugestões e Queixas Internas, 1964-67; P. 31,32

“Considerando a crise por que passou o Grupo Escolar as acusações contra a diretora são as seguintes:”

1ª A diretora abusa da autoridade;

2ª A diretora abandona as professoras como cachorras nas salas de aula;

3ª A diretora faz reunião da Associação de Pais e Mestres, mas PERMITE apenas a entrada dos pais (grifo no original);

4ª A diretora chama as professoras até de vagabundas(grifo no original).

A direção tem máximo interesse em sanar falhas reconhecendo que quanto ao item nº 1, de fato, vem absorvendo e monopolizando demasiadamente certas atribuições como: disciplina, formação, entrada de alunos; zelo excessivo em restringir o trabalho das snras professoras às atividades docentes e formação, talvez tenha causado mágua (sic) aos queixosos. Por essa razão e considerando os dispositivos legais e orientação do Snr. Inspetor. Que considera imprescindível a presença dos snrs. professores no galpão durante o recreio, estabeleceremos escala de permanência e responsabilidade por essa atividade;

As senhoras professôras que se acham abandonadas, terão preferência nas visitas às classes desde que se identifiquem; a diretora, no entanto, nunca considerou o seu local de trabalho um canil.

A primeira sessão da Associação de Pais e Mestres será realizada nos primeiros dias de agosto; é dever o comparecimento dos professores a essas sessões. No primeiro semestre houve convites, considerando-se no entanto essas reuniões de ‘organização’ apenas e não deliberação.

Nunca eu sequer ousei considerar professoras "vagabundas"; e menos ainda chama-las dessa forma. O "térmo" deve dizer bem de quem o empregou."(...)

ANEXO 10:

Livro de Atas da “Reuniões Pedagógicas”, 1964 – 1972,p.11.

(...)“Parte Técnica

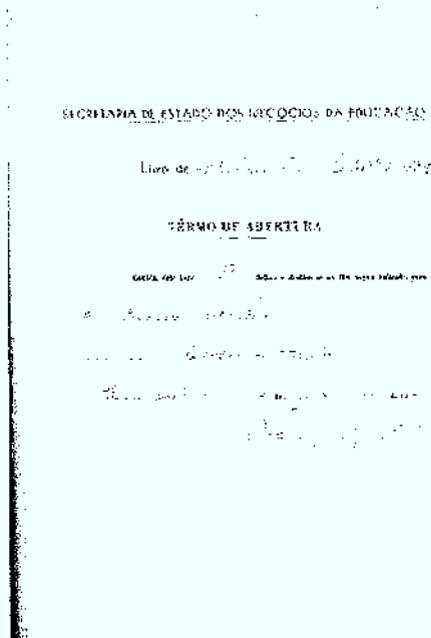
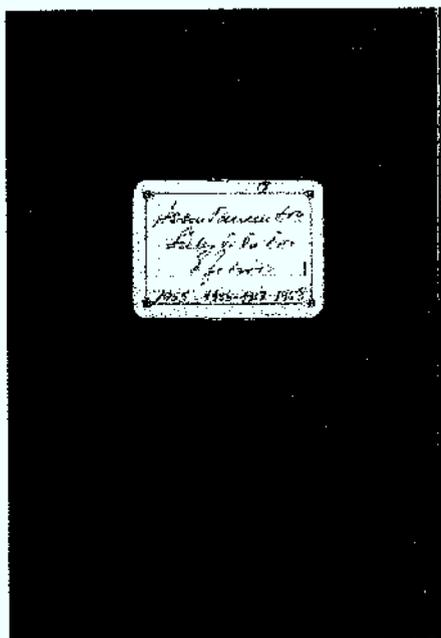
Palestra sôbre a “raiva” pela educadora sanitária, profr^a d. Maria de Camargo Andrade, que apresentou um plano de aula, único para todos os graus, encarecendo a necessidade de um clima favorável para o assunto a ser desenvolvido.

O plano consiste nos seguintes itens: 1- assuntos socorros de urgência; 2- tema raiva; 3- preparação narração de um fato ou história, se possível verdadeira;4- motivação cartaz e perguntas; 5- desenvolvimento da aula noções gerais sôbre a moléstia (agente etiológico, fonte de infecção, transmissão,período de incubação); 6-profilaxia; 7-vacinação preventiva; 8- recapitulação, verificação e conclusão.

Os senhores professores deverão enviar à diretoria, até 24 do corrente, um trabalho sôbre a raiva (1º e 2º anos – simples, 3º ao 5º -história com desenhos), a serem encaminhados à sr^a educadora, para os devidos fins.”(...)

ANEXO 11:

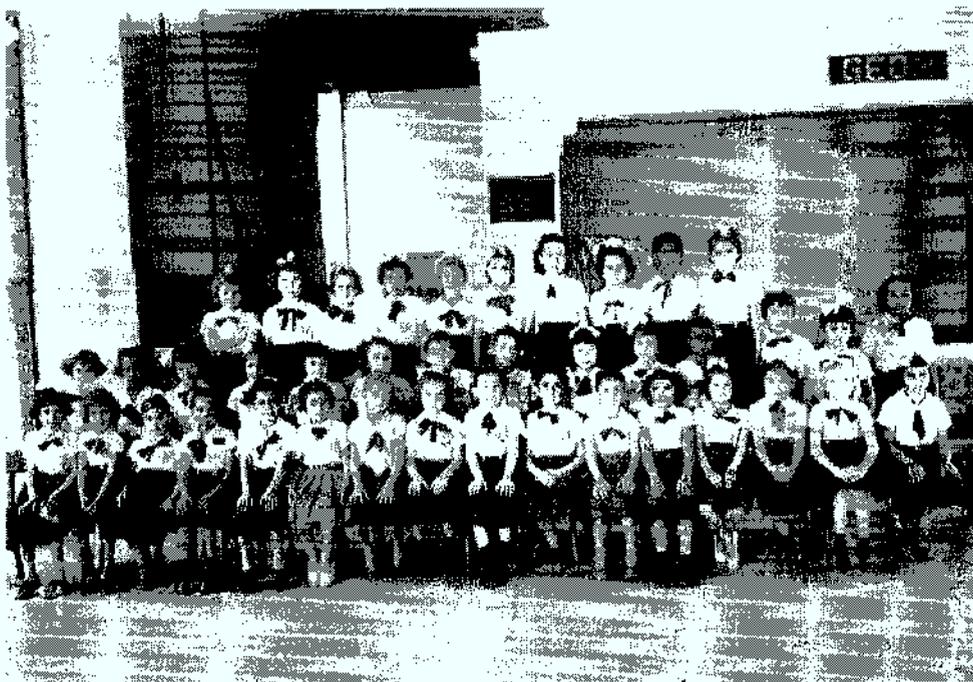
Fotos referentes ao Grupo Escolar Orosimbo Maia no período de 1939-71.



Livro de Assentamento – Substitutas Efetivas, 1955-1958.



Pátio interno do Grupo Escolar Orosimbo Maia – aproximadamente década 1960.



Classe feminina, Grupo Escolar Orosimbo Maia – década de 1950.



Classe Masculina Grupo Escolar Orosimbo Maia – década de 1950.



Classe feminina, Grupo Escolar Orosimbo Maia – década de 1940.



Refeitório Grupo Escolar Orosimbo Maia – Sem data



Almoço professores, Grupo Escolar Orosimbo Maia – década de 1950

7. Referências

Referências Documentais – Arquivo Escolar Escola Estadual Orosimbo Maia:

Documento Manuscrito de 1937, nomeado “Ficha de Prédios Escolares – 4º Grupo Escolar”.

Documento datilografado, sem data, nomeado “Informações Sobre o Prédio”.

Documento Manuscrito de 1939, nomeado “Corpo Docente e administrativo” .

Documento Datilografado, sem data, nomeado “Informações sobre o Prédio” presumivelmente dos anos 30.

Documento manuscrito, de 1939, nomeado “Corpo docente e administrativo”

EEOM - Livros de Assentamento: 1944, 1946, 1947 ;

EEOM – Livros de Assentamento: 1945, 1948, 1949;

EEOM – Livros de Assentamento:1949-1951;

EEOM – Livros de Assentamento:1951;

EEOM – Livros de Assentamento:1955;

EEOM – Livros de Assentamento:1955- 1958;

EEOM – Livros de Assentamento:1959;

EEOM – Livros de Assentamento:1959 -1961;

EEOM - Livro de Canto de 1944 até 1952;

EEOM -Livro de Extrato de Correspondência Recebida em Transito de 1956 até 1963;

EEOM - Livro de Inventário de 1960 até 1963;

EEOM – Livro de Nomeações e Licenças: 1933- 1939;

EEOM – Livro de Nomeações e Licenças: 1936 -1941;

EEOM – Livro de Nomeações e Licenças:1941-1947;

EEOM – Livro de Nomeações e Licenças:1947;

EEOM – Livro de Nomeações e Licenças:1953;

EEOM- Livro Ponto de 1923 até 1939;

EEOM- Livro de Registros de Consultas, Pedidos, Sugestões e Queixas Internas de 1964 até 1967;

EEOM – Livro de Requerimento: 1937- 1940;

EEOM – Livro de Requerimento: 1942- 1944;

EEOM – Livro de Requerimento: 1948- 1950;
EEOM – Livro de Requerimento: 1950;
EEOM – Livro de Requerimento: 1952-1955;
EEOM – Livro de Requerimento: 1955-1958;
EEOM – Livro de Requerimento: 1959-1961;
EEOM – Livro de Registro de Certificado Militar: 1941-1953;
Cópia datilografada do Decreto de 9.5.1939; incluído no documento nomeado
“Proc.11.247-1959. O decreto de 1939, define o nome da escola para Grupo
Escolar Orosimbo Maia”.
CONDEPHACC. Estudos para tombamento da Estação Ferroviária de
Campinas. Processo de Tombamento.

Bibliografia:

ALMEIDA, Jane Soares de. “Ler as Letras – Porque educar meninas e mulheres?”. Ed: Autores Associados, 2007.

BRYAN, Rodrigo M (2007). Ensaio Grupo Escolar Orosimbo Maia – a arquitetura e o tempo. <http://www.fe.unicamp.br/servicos/centro-memoria/publicacoes.htm>.

CAETANO, Bianca J. “Memória da Escola: uma análise dos documentos históricos do 4º Grupo Escolar de Campinas (1923-1939). TCC, 2008.

DUTRA, Denise Ferrari. Política Educacional: uma retrospectiva histórica. In: http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/emilio/autoria/politica_educacional_denise.pdf

FERNANDES, Rogério. “Cultura de Escolas: entre as coisas e as memórias”. In: Pró-Posições, v.16 nº1 (46), Jan/Abr 2006.

GHIRALDELLI, Paulo. “Historia da educação Brasileira”. Ed. Cortez, 2006.

GERMANO, José Wellington. “Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985). São Paulo, Ed. Cortez, 1993.

MARTINS, Maria do Carmo. “Cotidiano e conflito na escola: analisando o livro de comunicações da E.E. Orosimbo Maia – Campinas (1964-1967)”. In: Anais do V Congresso Brasileiro de Historia da Educação. Aracajú/ SE, 09 a 12/11/2008.

_____. Educação, Memória e Cidade. Anais do V Encontro Internacional de Investigadores da Rede Educação, Cultura e Política na América Latina, vol 01, MG: Out/2007, Gráfica Central da UNICAMP, pp. 107 -115.

_____. A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: Quem legitima esses saberes?. Bragança Paulista, Ed. EDUSF, 2002.

NASCIMENTO, Terezinha Quaiotti R. et al. *Memória da Educação: Campinas (1850-1960)*. Campinas: Ed. UNICAMP; Centro de Memória - UNICAMP, 1999.

PAIVA, Vanilda. Um século de educação republicana. Revista *Pro-Posições*. Campinas, UNICAMP: Cortez, n.2, jul 1990, p. 7-18.

ROMANELLI, Otaíza de O. "História da Educação no Brasil (1930 – 1973)". Ed. Vozes, 1978.

SOUZA, Rosa Fátima de. A Difusão da Escola Primária em Campinas, In: NASCIMENTO, Terezinha Quaiotti R. et al. *Memórias da Educação: Campinas (1850-1960)*. Campinas: Ed. UNICAMP; Centro de Memória da Educação – UNICAMP, 1999.

_____. A Modernização do Ensino Primário do Estado de São Paulo, In: SAVIANI, Dermeval. Et al. *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*. Campinas: Ed. Autores Associados; Coleção Educadores Contemporâneos, 2004.

_____. Os Grupos Escolares como Novo Modelo de Organização da Escola Primária, In: SAVIANI, Dermeval. Et al. *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*. Campinas: Ed. Autores Associados; Coleção Educadores Contemporâneos, 2004.

_____. A Difusão dos Grupos Escolares no Brasil, In: SAVIANI, Dermeval. Et al. *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*. Campinas: Ed. Autores Associados; Coleção Educadores Contemporâneo.